

UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO, O DIREITO E OS DIREITOS HUMANOS

Por Júlio Américo

Gustavo Barbosa de Mesquita Batista, natural de Maceió, no Estado de Alagoas, é Mestre em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ocupa, atualmente, a Chefia do Departamento de Direito Público do Centro de Ciências Jurídicas desta instituição de ensino superior, onde também é Professor Assistente e ocupou o cargo de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, no período de março de 2005 a outubro de 2007.

Nesta entrevista à Revista Extensão Cidadã, Gustavo Batista evidencia a importância da extensão universitária como promotora de uma postura que, para ele, deve levar a ultrapassar os muros da instituição de ensino em busca de incorporar o cotidiano da vida das comunidades. Nessa perspectiva, lança o olhar sobre as ciências jurídicas, destacando a extensão como instrumento de “renovação e reconstrução dos cursos jurídicos”, permitindo aos estudantes uma aproximação da realidade social, possibilitando um olhar crítico dos conteúdos ministrados em sala de aula.

Por fim, Gustavo Batista lança mão de sua experiência e reflete a questão dos direitos humanos dentro e fora da universidade. Nessa perspectiva, faz um resgate da importância de elementos como a formação continuada, a mediação, o diálogo e o protagonismo como meios eficazes para a promoção dos direitos humanos.

Extensão Cidadã: *Há quanto tempo você atua em ações de extensão universitária?*

Gustavo Batista: Há pelo menos 06 anos. Inicialmente, enquanto participante de atividades ou projetos coordenados por colegas. Depois, já na UFPB, coordenando o Projeto de Adoção Processual de Presos e integrando a Comissão de Direitos Humanos.

Extensão Cidadã: *Como começou a sua história na extensão?*

Gustavo Batista: Começou quando eu ainda lecionava numa instituição particular de ensino em Pernambuco: a Faculdade de Direito de Caruaru. Ali, desenvolvíamos projetos de atendimento comunitário, tais como o Núcleo de Liberdade Assistida, para assessorar na aplicação desta medida sócio educativa a adolescentes infratores. Também realizávamos muitos cursos junto à comunidade, atendendo demandas relativas ao Direito do Consumidor, Ambiental, Previdência e auxílio aos Movimentos Sociais do Campo, em especial, ao MST, sediado na Fazenda Normandia, próximo à cidade de Caruaru. Eu participava destas atividades mais por militância política que propriamente em virtude de uma compreensão acadêmica acerca do papel da extensão universitária. Posteriormente, tive oportunidade de participar de um projeto de atendimento a detentos da Penitenciária Plácido Domingues, em Caruaru, coordenado pela Professora Ana Maria Barros e aí descobri o papel da extensão na produção de um saber solidário, apto a ir para além dos muros de uma instituição de ensino e incorporar o cotidiano da comunidade. Aninha e sua irmã Perpétua, ambas professoras da Faculdade de Caruaru,

ainda hoje mantêm este Projeto. O Projeto tornou-se um marco para mim no sentido da compreensão da realidade penitenciária e de meu amadurecimento acadêmico.

Extensão Cidadã: *O que você entende por extensão cidadã?*

Gustavo Batista: É o que propriamente deve ser denominado Extensão Universitária! Trata-se de um modelo capaz de produzir valores e não somente repassar informações científicas. Isto produz um saber compartilhado bem diferente daquele saber poder comum que é produzido no meio universitário. O outro, a comunidade, participa do processo em condição de igualdade e não enquanto objeto ou receptáculo de informações obtidas pelo exclusivismo e supremacia do saber acadêmico. Aprende-se a escutar antes de agir e agir em colaboração com os demais. Assim, por intermédio de uma “pedagogia da igualdade”, a extensão desenvolve os valores de uma cidadania plena e a construção de uma identidade social mais solidária. O compartilhamento de experiências permite a concepção de uma cidadania engajada em que as causas sociais tornam-se o nosso maior compromisso.

Extensão Cidadã: *Qual o papel da extensão na mudança de consciência dos estudantes e da comunidade, no que diz respeito às questões sociais e à consciência política?*

Gustavo Batista: Posso falar do papel da extensão com relação aos estudantes de direito. Os estudantes de direito ingressam num curso tradicionalista e elitizado. O direito em si retrata uma estrutura conservadora e apta a preservar privilégios em favor de determinadas categorias de indivíduos. Os estudantes aprendem a técnica jurídica sem questionar os fundamentos e estruturas que, socialmente, determinam o direito posto, ou seja, não refletem acerca do direito pressuposto. Não foi sempre assim, deixamos que se tornasse assim. Excluímos a criatividade e o engajamento político do curso de Direito e fizemos desaparecer dele personagens como Castro Alves, Joaquim Nabuco e Tobias Barreto. Desta forma, a extensão surge como instrumento de renovação e reconstrução dos cursos jurídicos, pois aproxima estes estudantes da realidade social e permite uma profunda crítica dos conteúdos presentes nos manuais jurídicos ou ministrados em sala de aula. Também uma contínua crítica do meio social, alimentando novamente o sonho de uma sociedade justa e do direito enquanto valor da justiça e não enquanto uma mera técnica, politicamente neutra e sistematicamente autopoética. Trata-se de um estímulo para ir além do texto legal e conceber novas leituras e interpretações da sociedade concreta. Faz destes estudantes pessoas capazes de pensar e refletir acerca do seu tempo e construir alternativas para as interpretações mais conservadoras do direito, estimulando a criatividade em detrimento das atividades de memorização doutrinária e legal tão comuns no Ensino Jurídico da atualidade. Pode até mesmo ser uma experiência decepcionante, em virtude da percepção das limitações que a linguagem jurídica possui para compreender o mundo e o abismo que distancia o discurso jurídico da realidade social e dos ideais de justiça. Porém, desta crise, algo inovador pode surgir, fazendo com que estudantes de direito assumam “as causas da contemporaneidade” e, como foram os abolicionistas do século XIX, ou foram os socialistas do século XX, desenvolvam formas e práticas de resistência à estrutura dominante atualmente em funcionamento. Precisamos resgatar este protagonismo perdido e a extensão se presta para tanto!

Extensão Cidadã: *Muitas vezes a prática extensionista deixa de ser troca de conhecimento, experiências, saberes e arte entre Universidade e comunidade para se tornar apenas um meio de aplicação do conhecimento, prestação de serviços ou simplesmente assistencialismo. Como você avalia esta questão e como prevenir a reprodução dessa realidade na prática da extensão?*

Gustavo Batista: Voltando às questões anteriores: desenvolvendo uma pedagogia da igualdade e resgatando o protagonismo político de nossos professores e estudantes. Para que a igualdade se concretize a habilidade de escutar deve prevalecer sobre a fala ou a oferta de informações. É necessário compreender que o saber universitário muitas vezes reproduz uma estrutura de dominação que nos torna distantes da realidade popular. É um saber poder que busca a subordinação e o silêncio dos demais e nos coloca em uma posição privilegiada em razão da pressuposição do alcance das informações que detemos, bem como da melhor aplicação do conhecimento. O fundamentalismo do saber científico faz da Universidade uma “ilha do saber” que não permite o diálogo com o saber popular e, portanto, não atinge as massas, alterando muito pouco o cotidiano e nada servindo para mudar o senso comum e o cotidiano da vida das pessoas. Portanto, o que somos ou falamos pouco importa para a comunidade em geral. Todavia, aprender a escutar abre um espaço possível para o diálogo e para a troca de experiências. Escutando o outro, redimensionamos nossa leitura do mundo e refletimos a partir da alteridade, atribuindo-lhe um papel solidário e igual na construção do novo e na consulta, constatação ou refutação das informações obtidas a partir do saber universitário. Ajuda-nos a encontrar saídas, por vezes muito mais simples e menos burocráticas de que aquelas difundidas com base no conhecimento científico. Por sua vez, protagonizar causas, ao invés de oferecer uma simples assistência à comunidade, muda a perspectiva da prática de extensão e cria um espaço original de atuação política para estudantes e professores.

Extensão Cidadã: *Você foi presidente da Comissão de Direitos Humanos da UFPB. Poderia falar de sua experiência à frente desta comissão?*

Gustavo Batista: Renunciei a Presidência desde outubro de 2007. Sinto ainda uma grande responsabilidade em relação a esta identificação de minha pessoa com os Direitos Humanos. Durante o período em que estive na Presidência da Comissão de Direitos Humanos da UFPB aprendi muito mais acerca destes direitos de que na leitura de textos relacionados ao tema. A militância fez-me tomar conhecimento da diversidade que existe no meio social e da exigência de construção de um “homem novo”, fundado na ética do cuidado e no respeito à alteridade. Também para a Universidade, uma Comissão de Direitos Humanos vislumbra uma atuação interna de mediação de conflitos e de responsabilidade perante possíveis violações sofridas ou perpetradas por professores, funcionários ou alunos, exigindo uma tomada de posição. Durante a minha Presidência busquei não trabalhar com denúncias, mas com propostas e projetos de intervenção. As denúncias devem ser feitas apenas quando forem absolutamente necessárias, no mais, a mediação e a formação continuada são muito mais eficazes para promoção dos direitos humanos. A denúncia cria mágoas e fecha o canal de comunicação entre as pessoas. O diálogo aberto, a mediação e a Educação para os Direitos Humanos são formas muito mais propícias de garantir o respeito à dignidade da pessoa humana.

Extensão Cidadã: *Você poderia relatar algum fato que foi importante na sua história à frente Comissão de Direitos Humanos da UFPB?*

Gustavo Batista: Tivemos tantos fatos importantes que é difícil escolher um único evento. A vida institucional da Comissão de Direitos Humanos é muito intensa. Poder-se-ia dizer que foi o Prêmio Nacional de Direitos Humanos concedido para Comissão de Direitos Humanos da UFPB em dezembro de 2005. Conseguimos, também, realizar dois Congressos Internacionais de Direitos Humanos, mantendo convênio com a Universidade de Florença, que assegurou intercâmbio acadêmico entre estudantes e professores, brasileiros e italianos. Poder-se-ia, ainda, afirmar que a construção e entrega da sede do Núcleo de Cidadania em Direitos Humanos no ano passado (2007) foi um ponto alto. Todavia, sei que tudo isto foi muito proveitoso e retrata o engajamento de um grupo de professores, funcionários e alunos que militam na área dos Direitos Humanos em nossa Universidade, especialmente, os professores Giuseppe Tosi, Rubens Pinto Lyra, Jonas Duarte e Paulo Moura, a Professora Nazaré Zenaide, as funcionárias Lúcia Lemos e Vilma Carneiro da Silva e o estudante de pós-graduação Fernando Barbosa. Este é o nosso principal recurso: pessoas comprometidas que integram a Comissão e lutam pelas causas que abraçamos. É lógico que o atual reitorado do Professor Rômulo Polari foi muito exitoso e permitiu um fortalecimento acadêmico e institucional da Comissão. Some-se a isto, o fato da PRAC contar com uma Pró-reitora incansável, a professora Lúcia Guerra, que garantiu suporte material e acadêmico para as atividades da Comissão. Todavia, o principal fato que eu gostaria de relatar durante minha história na Comissão é produto da militância, trata-se do auxílio que prestamos a causa indígena Potiguara, a partir de um projeto de extensão desenvolvido pela PRAC no sentido da promoção indígena potiguara e que resultou na Demarcação da Terra Indígena de Monte Mor, entre os municípios paraibanos de Rio Tinto e Marcação, no final do ano de 2007. Sentimos que o papel desta Universidade junto à questão indígena marcou profundamente a extensão e trouxe novas perspectivas para militância dos Direitos Humanos. Aprendemos muito com a luta indígena e vemos o ato de demarcação da terra indígena de Monte Mor enquanto o ponto alto do período em que integrei a Comissão de Direitos Humanos da UFPB.

Extensão Cidadã: *Em 2008, comemoramos os 60 anos da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como você avalia a caminhada dos direitos humanos no Brasil e no mundo, nesse período?*

Gustavo Batista: Com relação aos Direitos Humanos não há muito mais para constar em texto, ou seja, não necessitamos mais de Declarações de Direitos, mas de concretização daquilo que está declarado. Ainda estamos muito distantes e talvez nunca obteremos um modelo ideal de efetivação dos Direitos Humanos, tanto no Brasil quanto no mundo. Entretanto, o principal perigo que rodeia a militância é a apatia. Certamente, não temos muito o que comemorar, mas não podemos nos deixar vencer pelo que supomos ser tragicamente inexorável. É preciso lembrar que a morte também é inexorável, mas até a chegada dela vivemos e podemos viver felizes e bem. Assim, também com relação aos direitos humanos, embora seja inexorável que ocorra uma violação, vivemos muitos momentos até esta constatação. Não se trata de uma esperança infantil de paz, justiça e fraternidade perpétua, mas do reconhecimento de que o tempo do “eterno retorno” oferta uma série de períodos e tempos menores que nos permitem vivenciar os direitos humanos antes da próxima violação e, quanto mais conseguimos adiá-la, ou reduzir os danos promovidos pelo desrespeito aos direitos, mais conseguimos vivenciar este *ethos político* que nos dignifica enquanto pessoas humanas

e mais as pessoas se conscientizam da necessidade de se prolongar o tempo dos direitos em oposição ao tempo das violações. Chega-se a um momento em que não há mais como voltar atrás: criamos a necessidade dos direitos humanos e seria insuportável viver numa sociedade sem um reconhecimento mínimo de tais direitos e a possibilidade de reclamá-los perante o Estado. Eles passam a se confundir com a democracia e todo o resto fica por conta do tempo: quanto mais tempo de direitos, menos tempo de violações...

Extensão Cidadã: *Há um conceito disseminado no senso comum de que os direitos humanos não devem ser considerados para determinadas categorias de pessoas. Não raramente, ouvimos frases como: “onde já se viu direitos humanos pra bandido?”. A que você atribui essa postura e o que fazer para preveni-la?*

Gustavo Batista: Na verdade, o senso comum não é capaz de capturar a linha do tempo, pois, sendo possível capturá-la ver-se-ia que os direitos humanos estão sempre ao lado das vítimas. O tempo do crime é um e o tempo da pena outro. No primeiro, existe uma pessoa humana que comete um ato passível da pena. No segundo, existe a mesma pessoa humana que executa uma pena imposta pelo Estado e pode ser vítima dos desmandos e desvios que tornam outras pessoas humanas passíveis da pena. Os direitos humanos contêm um significado de resistência ao poder absoluto do Estado e de resistência contra qualquer tipo de opressão, seja ela de raça, de gênero, de orientação sexual ou de origem. Durante muito tempo o tema dos Direitos Humanos confundiu-se quase que exclusivamente com a questão penitenciária em razão dos processos ditatoriais que vivenciávamos em boa parte do mundo ocidental, em especial, na América Latina e no Brasil. Infelizmente, apesar da democratização, não conseguimos ainda hoje resolver o problema penitenciário e nesse espaço os mais variados absurdos ainda são praticados contra a pessoa humana. Por outro lado, contemporaneamente, há uma compreensão mais ampla dos Direitos Humanos, que envolve o acesso aos direitos sociais: saúde, educação, renda e patrimônio mínimo, lazer e assistência social. Esta é uma perspectiva pouco repassada para a população e como, diferentemente da questão penitenciária, não individualiza os contemplados pelo resultado destas lutas, visto ser beneficiada uma coletividade indistinta de pessoas, passa despercebida pelo senso comum tais atividades enquanto atuação de grupos que promovem os direitos humanos. Assim, a visão do povo, geralmente, é de que os ativistas de direitos humanos prestam favores e concedem privilégios para bandidos, uma vez que sua atividade somente é reportada quando se trata da questão penitenciária, embora as ações da militância desenvolvam outras categorias de problemas sociais. Ainda assim, na questão carcerária, não há defesa da impunidade, mas do respeito às normas constitucionais que vedam penas corpóreas, infamantes e que ofendam a dignidade da pessoa humana. O problema é que estas são ofensas que se iniciam bem antes do processo de carcerização, ainda no meio social. Daí as dificuldades para se entender o porquê isto não deve ocorrer, pois todos se sentem excluídos da identidade de sujeito de direitos e têm os seus direitos constantemente violados. Resgataremos esta visão deturpada acerca dos Direitos Humanos caso atuemos no sentido de revelar os processos de exclusão e fazer com que todos passem a ter consciência de sua situação de sujeito de direitos perante o Estado e os demais membros da sociedade. Enquanto este acentuado processo de exclusão existir, resta muito difícil explicar a atuação da militância nos cárceres, dando a idéia de serem “defensores de bandidos”, ou seja, “de quem não presta”, uma vez que alguém fora do cárcere merece também o mesmo reconhecimento e não tem garantido os seus direitos mais básicos. Demonstrar a luta pelo direito dos socialmente excluídos

fará com que se crie a consciência de que todos são sujeitos de direitos e, com isso, da importância do respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, inclusive para pessoas que estejam presas.

Extensão Cidadã: *Em vários campos da vida social se percebe cotidianamente a existência de agressões aos direitos humanos? A seu ver, onde essa realidade é mais presente?*

Gustavo Batista: É difícil afirmar com precisão. Atualmente, tenho andado muito preocupado com relação à saúde pública. Não apenas em virtude das fraudes em licitações e da falta de condições de atendimento em função do sucateamento dos postos de atendimento público. O que me preocupa é a formação do profissional de saúde, que ainda envolve muito pouco a gestão da saúde pública e que falha na questão do diálogo e do reconhecimento da alteridade. Com o foco em doenças, no seu diagnóstico e nas técnicas de tratamento, a formação dos profissionais de saúde esquece de elementos básicos de atendimento ao público, entre eles o respeito pela pessoa do paciente, o atendimento urbano e leal e o preparo para gestão hospitalar. Fica, inclusive, mais fácil para o público que é atendido por estes profissionais da saúde pública compreender o quanto falhas no serviço deve-se a precariedade das condições de trabalho quando ele é bem atendido e há humanização no processo: se ganha um aliado para a luta pela qualidade na saúde pública. Entretanto, o atendimento, geralmente, é de péssima qualidade, grosseiro e, muitas vezes, desrespeitoso o que torna as pessoas dependentes deste serviço público revoltadas com os profissionais da saúde. É preciso formar estes profissionais conscientes dos problemas que irão enfrentar e dispostos a um atendimento de qualidade, na medida do possível, sobretudo envolvendo respeito e diálogo com os pacientes e familiares. Vi cenas muito cruéis no setor público de saúde e acredito que elas chegam, inclusive, a superar a maldade presente nos cárceres, pois se trata de maldade praticada por pessoas cuja veste branca deveria significar uma bondade imaculada por parte de quem lhes procura. É que na instituição que prende o senso comum até admite certo grau de maus tratos e vislumbra no sofrimento ocasionado pela prática dos agentes carcerários uma expiação da culpa pregressa do apenado em virtude do cometimento do crime. Todavia, na instituição que cura, o sofrimento é predisposto por razões não desejadas por parte da pessoa do paciente e fazê-lo sofrer ainda mais com maus tratos e descaso é bastante grave e não encontra respaldo nem mesmo junto ao senso comum. Por fim, a formação de um agente carcerário é bem diferente daquela exigida para um profissional de saúde, o que implica uma maior possibilidade de contato com os valores presentes nas Declarações de Direitos por parte destes últimos. É bom lembrar que os pacientes não precisam apenas da cura ou do bálsamo para sua dor, mas precisam, sobretudo, serem escutados e serem respeitados e reconhecidos enquanto pessoas e sujeitos de direitos. Daí o porquê vislumbro ser a Saúde Pública o problema de Direitos Humanos mais grave a ser enfrentado na contemporaneidade, pois é inexplicável os maus tratos de pacientes frente ao grau de formação recebido pelos profissionais de saúde.

Extensão Cidadã: *Na sua avaliação, em que direções deveriam caminhar as políticas públicas para que a gestão pública contribua para consolidar nas relações sociais, o respeito aos direitos humanos?*

Gustavo Batista: Deveriam buscar consolidar os Direitos Sociais, em especial, saúde e educação para todos. Estes são princípios e benefícios que garantem a igualdade e

permitem um maior reconhecimento do valor da efetivação dos Direitos Humanos. A educação inspira uma revolução de idéias que pode ser muito mais eficiente para os objetivos de uma sociedade justa de que a revolução armada. Por outro lado, a educação a partir de valores garante a formação de um novo senso comum, mais democrático e conforme o respeito aos direitos e a solidariedade social. Diminuindo-se o volume dos socialmente excluídos, ficará mais fácil justificar a atuação dos direitos humanos para aqueles que ainda restarão num processo de exclusão social, tal como, por exemplo, os presos.

Extensão Cidadã: *Como as universidades públicas têm atuado nas questões relativas aos direitos humanos? Poderia colocar onde se tem os maiores avanços?*

Gustavo Batista: São diversas as frentes de atuação das universidades, que vão desde a anistia de perseguidos pela Ditadura Militar, numa tarefa de documentação e memória histórica, passando por políticas afirmativas de quotas e promovendo a formação continuada de seu corpo docente e discente no tocante aos Direitos Humanos. Acredito que, no último caso, formação continuada para os direitos humanos, a UFPB possui larga experiência e vem trabalhando em prol deste instrumento de efetivação: saber e por em prática!

Extensão Cidadã: *A seu ver, qual a contribuição da extensão universitária para fomentar a aplicação dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos nas relações entre universidade e sociedade?*

Gustavo Batista: Parece-me que já respondi esta pergunta durante questões anteriores. Todavia, a contribuição da extensão está em dar continuidade ao debate, dentro e fora da academia, acerca da Declaração dos Direitos do Homem e encontrar caminhos para sua efetivação a partir da realidade social em que nos encontramos inseridos.

Extensão Cidadã: *Que mensagem você deixaria para aqueles que ainda farão extensão universitária?*

Gustavo Batista: Perseverem, pois o saber de sala de aula ou dos textos é insuficiente para plena formação profissional. Participar da extensão universitária é se comprometer com uma perspectiva de aprendizagem que envolve diálogo com a comunidade e protagonismo social.